

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO:	Valor Econômico.....	3
Título:	Apagão elétrico provoca caos e troca de acusações no AP	3
Título:	Consenso de Estados sobre royalties ainda está distante	4
Título:	Ilegal e sofisticada, a nova corrida do ouro na Amazônia	7
Título:	Destaques	13
Título:	Edital de venda da CEB deve ser lançado hoje	14
Título:	Alta da inflação afeta desempenho da Engie no 3º tri	15
Título:	Resultado financeiro diminui lucro da AES	17
Título:	Ultra ganha quase R\$ 3 bi em um dia na B3	18
Título:	ANM licita 185 áreas para pesquisa mineral	20
VEÍCULO:	O Estado de S. Paulo	21
Título:	ONS deve ampliar uso de usinas termoelétricas	21
Título:	CSN leva investidor à Casa de Pedra e mantém IPO.....	22
Título:	As liminares do STF	23
VEÍCULO:	Folha de S. Paulo	24
Título:	Consumo de diesel se recupera e aponta retomada da economia	24
VEÍCULO:	O Globo.....	26
Título:	Amapá fica 2 dias às escuras após incêndio em subestação	26
Título:	Preço do gás avança.....	28
Título:	Nas refinarias, gás de botijão já subiu 16,6% este ano.....	31
Título:	Amapá fica 2 dias às escuras após incêndio em subestação	32
Título:	Fux acerta ao adiar julgamento sobre royalties	34
Título:	Castro agradece a Fux por adiar decisão sobre royalties	35

Título: Guedes quer acelerar votações a partir do dia 16..... 37

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 06/11/2020**Seção:** Política**Autor:** Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília**Título:** Apagão elétrico provoca caos e troca de acusações no AP**Alcolumbre pede ajuda de Bolsonaro para tentar resolver crise**

Josiel: irmão do presidente do Senado é o principal alvo dos adversários — Foto: Reprodução de redes sociais

Um apagão elétrico bagunçou o cenário eleitoral no Amapá a dez dias do pleito municipal. Pelo menos 13 dos 16 municípios estão sem energia há mais de 24 horas, o que afetou hospitais, postos de gasolina, gerou desabastecimento e até relatos de saques no comércio. A crise sem precedentes também provocou uma disputa de narrativas sobre a responsabilidade da classe política local. O governo Jair Bolsonaro foi cobrado a dar suporte para seus aliados - o principal deles, no caso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Uma das consequências pode ser até mesmo o adiamento do primeiro turno das eleições.

A falta de eletricidade começou gradualmente na terça, quando um incêndio atingiu uma subestação de energia na região da capital. O desligamento de energia foi necessário por conta dos problemas nos transformadores. De acordo com fontes locais, apenas alguns estabelecimentos estão abertos porque operam com gerador de energia. Isso provocou grandes filas, sendo algumas delas com mais de um quilômetro. Segundo o portal "G1", há relatos de pessoas tentando estocar água potável, o que lotou alguns estabelecimentos comerciais.

O transtorno levou à troca de acusações entre os candidatos. As pesquisas de intenção de voto mostraram certa vantagem para Josiel Alcolumbre (DEM), candidato a prefeito de Macapá e irmão do presidente do Senado. Mas a liderança tornou a família Alcolumbre vidraça para seus adversários. Como Josiel tem o apoio do atual prefeito da capital, Clécio Luis (sem partido), e do governador, Waldez Goes (PDT), ele passou a receber as reprimendas pela desordem.

"O incêndio pode ter sido culpa do raio. O apagão que nos afetou há quase dois dias inteiros é culpa da má gestão: não havia e não há reserva na subestação de rebaixamento. Junto com o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), pedimos investigação e responsabilização. A gestão da Eletronorte no Amapá é indicação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Depois de ter plantado a ineficiência, quer 'vender' a solução", escreveu nas redes sociais o deputado

Camilo Capiberibe (PSB-AP), filho de João Capiberibe (PSB), que disputa a Prefeitura de Macapá contra Josiel.

Alvo das reclamações, Davi Alcolumbre procurou mostrar vigor político. O **Valor** apurou que ele acionou o presidente Jair Bolsonaro na quinta. Diante do alerta, o Palácio do Planalto ofereceu suporte ao seu aliado de primeira linha. Bolsonaro também determinou a criação de um gabinete de crise e autorizou a equipe do Ministério de Minas e Energia (MME), incluindo o titular da pasta, **Bento Albuquerque**, a viajar até a capital amapaense.

A assessoria de imprensa do presidente do Senado nega que ele seja responsável pelas indicações na Eletronorte. Além disso, assessores próximos de Alcolumbre rebatem as críticas de que ele seria responsável pelo “sucateamento” da energia no Estado. “O Capiberibe já foi governador e senador pelo Estado e agora quer responsabilizar o Davi”, devolveu um aliado.

A crise pode levar até mesmo ao adiamento das eleições municipais, com primeiro turno previsto para o dia 15. O grupo político do ex-governador João Capiberibe pedirá ao Tribunal Regional Eleitoral que avalie a remarcação do pleito. A possibilidade já havia sido levantada por conta do aumento de casos de covid-19 nas últimas semanas, e se agrava diante do quadro dramático da falta de energia.

A emenda constitucional (PEC) que adiou as eleições no Brasil este ano, de outubro para novembro, prevê que, caso municípios e Estados não tenham condições de realizá-las na data prevista, estas podem ocorrer até 27 de dezembro. “O TRE precisa fazer uma avaliação concreta da viabilidade da eleição daqui a dez dias”, alerta Camilo Capiberibe.

O ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) informou ontem que levará 30 dias para restabelecer 100% do fornecimento da energia em todo o Amapá. O ministro explicou que o governo federal acionará a Força Aérea Brasileira (FAB) para transportar “máquinas especiais” para recuperar o funcionamento dos transformadores danificados. Um deles deve ser consertado hoje. O atendimento deve ser ampliado entre 60% a 70% da oferta de energia em condições normais. **(Colaborou Rafael Bitencourt)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Rodrigo Carro — Do Rio

Título: Consenso de Estados sobre royalties ainda está distante

Mesmo com o julgamento sobre a partilha dos royalties do petróleo adiado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o consenso entre Estados produtores e não produtores tende a ser difícil. Maiores prejudicados pelas novas regras de distribuição das receitas petrolíferas, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo ganharam mais fôlego para tentar costurar um acordo com os demais Estados. As propostas sobre a mesa, contudo, divergem, o que vai exigir esforço nas negociações.

Na quarta-feira, o presidente do STF, ministro Luiz Fux, retirou da pauta do dia 3 de dezembro, por tempo indeterminado, a discussão sobre a divisão dos royalties. Fux acatou o apelo do governador em exercício do Rio, Claudio Castro (PSC), sob a alegação de que “uma solução consensual entre os entes federados” seria possível. Caso a nova tentativa não prospere, o plenário do STF terá que definir se confirma ou revoga a liminar concedida em 2013 pela ministra Cármem Lúcia, que suspendeu trecho da Lei dos Royalties (nº 12.734/2012) que altera as regras de rateio e reduz as transferências para entes produtores em favor dos demais.

Passados sete anos desde a liminar, as partes ainda não evoluíram em um acordo. Procurador-geral do Rio Grande do Sul, Eduardo Cunha da Costa destaca que o Estado se mantém disposto a negociar, mas ressalta que, nas bases atuais, não há chance de acordo. “Desde o início, estivemos abertos a um acordo. Desde que fosse razoável.”

Do lado dos produtores, o Espírito Santo propôs que nada mudasse nas regras para os campos cujos contratos foram assinados antes de 2012. A mudança dos critérios de partilha dos royalties ocorreria, assim, apenas para as áreas leiloadas a partir da aprovação da lei, preservando a principal fonte de receitas petrolíferas do Estado - o Parque das Baleias, conjunto de campos maduros na parte capixaba da Bacia de Campos.

O governo local também propôs um corte mais brando das receitas petrolíferas dos entes produtores a partir do momento em que as novas regras passassem a valer. Pela lei de 2012, a fatia de royalties destinada aos municípios produtores seria reduzida de 26,25% para 4%, gradativamente. Pela proposta capixaba, essa participação cairia para 17%. Já para os Estados produtores, as participações especiais, que cairiam de 40% para 20%, ficariam em 34%. “Avançar para mais do que isso violaria o equilíbrio federativo previsto na Constituição”, defende o procurador-geral do Estado do Espírito Santo, Rodrigo Francisco de Paula.

O **Valor** apurou que a proposta capixaba não agradou completamente ao Rio - que, por sua vez, defende que as novas regras de partilha só passem a valer para as áreas licitadas a partir da data da homologação do acordo pelo STF. O

pleito fluminense, contudo, tem sido apoiado pelo Espírito Santo. “Nosso objetivo é fazer um entendimento que preserve todos os contratos assinados até agora e que se aplique as novas regras a partir do momento do acordo. Até porque a Constituição garante a preservação dos contratos assinados”, disse o governador capixaba, Renato Casagrande (PSB).

Para os gaúchos, a proposta é “inadmissível”. Segundo Costa, o Rio Grande do Sul quer receber sua parte tanto dos contratos anteriores a 2012 como dos posteriores. “Poderíamos até dar um prazo [para que isso passasse a ocorrer]”, cogita o procurador, que foi contra o adiamento do julgamento. “Isso nos preocupa... Se for para ficar em tratativas inócuas como essa, é melhor que o julgamento aconteça o mais rapidamente possível.”

Já Casagrande disse estar confiante numa conciliação. Uma derrota, nesse sentido, agravaría a crise do Rio e desorganizaria o trabalho de ajuste fiscal da gestão capixaba. Ele cita que, em 2020, o Espírito Santo perdeu R\$ 1 bilhão em royalties, devido ao choque de preços do petróleo e da queda do consumo e que uma mudança na lei traria prejuízos ainda maiores. “Ao mesmo tempo, uma distribuição igualitária das riquezas do petróleo entre os Estados não representará nenhum ganho extraordinário para os não produtores.”

O governador conta que tem mantido “boas relações” com o governador em exercício do Rio, Cláudio Castro, e que confia num consenso também com os Estados não produtores. “Para quem já tem [receitas dos royalties], perder é muito ruim, mas, para quem não tem, ganhar alguma coisa já é bom”, comentou. “Estamos abertos a caminhar com uma nova proposta que tenha esses princípios [de que as novas regras não atinjam contratos já assinados].”

Francisco de Paula destaca que o objetivo é construir um entendimento entre os Estados, mas que o fim do impasse não precisa, necessariamente, de um consenso. “No fundo, não precisa haver a adesão de todos os Estados a uma proposta. O STF pode julgar as ações acolhendo nossa tese [por exemplo]. Mas é claro que, havendo manifestação favorável de um maior número possível de Estados, isso favorece ambiente de julgamento.”

A Procuradoria-Geral do Rio informou, por sua vez, que está “mobilizada e engajada” na defesa dos interesses fluminenses e “no diálogo com os demais Estados” na busca por um entendimento.

Ao adiar o julgamento sobre os royalties, Fux manteve, pelo menos por ora, os atuais critérios de distribuição das receitas petrolíferas que beneficiam hoje, sobretudo, o Rio. Segundo projeções da Agência Nacional de Petróleo (ANP), se nada mudar, o Rio absorverá 83% de tudo o que os Estados receberão de royalties e participações especiais nos próximos quatro anos. A estimativa é que

o Rio arrecade R\$ 56,5 bilhões entre 2021 e 2024. Já o Espírito Santo deve concentrar 7,8% das receitas previstas no período, com uma arrecadação de R\$ 5,329 bilhões; e São Paulo, 5,4% (R\$ 3,688 bilhões). Embora o dinheiro dos royalties ajude nos orçamentos de outros oito Estados, esses recursos são bem menores, o que os torna menos dependentes do petróleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Bryan Harris, Sam Cowie e Gideon Long — Financial Times, de São Paulo, Santarém e Bogotá

Título: Ilegal e sofisticada, a nova corrida do ouro na Amazônia

Quando helicópteros militares brasileiros sobrevoaram a Reserva Biológica de Maicuru no Estado amazônico do Pará, em outubro, descobriram uma operação de mineração ilegal que surpreendeu pela sofisticação.

Havia um sistema motorizado para tirar o ouro das profundas cavernas onde era escavado e pistas de pouso abertas na floresta para levar a carga.

“O acesso a este local é apenas por avião, não há outra forma. Então, para estruturar uma operação aqui, primeiro você precisa construir uma pista de pouso e, depois, ter aeronaves”, disse Gecivaldo Vasconcelos, chefe da Delegacia da Polícia Federal em Santarém, uma cidade portuária fluvial. “Isso requer investimento, não é algo de pequena escala.”

Recursos gerados da mineração ilegal financiam outros crimes, como tráfico de drogas e armas e até terrorismo — Foto: Polícia Federal/Divulgação

Nos anos 80, perto do fim da ditadura militar brasileira, a Amazônia viveu uma voraz corrida do ouro, que atraiu milhares de pessoas pobres que procuravam o metal com ferramentas manuais em uma imensa mina a céu aberto. As cenas medievais de brutalidade da mineração desenfreada e a destruição irresponsável deixada em sua esteira chocaram o mundo em uma época que o destino da floresta amazônica começava a se tornar tema de preocupação mundial.

Passados 30 anos, mineradores ilegais voltaram a confluir para a Amazônia com a mesma cultura do “fique rico rápido”. Desta vez, porém, eles também vêm trazendo maquinário pesado e conhecimento financeiro. Enquanto a cotação do metal precioso disparava durante a crise do coronavírus, a produção na Amazônia acompanhava o ritmo. Boa parte do ouro é exportada, a maioria, para países ocidentais, como Reino Unido, Estados Unidos e Canadá.

Grandes áreas de terras supostamente protegidas vêm sendo devastadas para dar espaço a equipamentos modernos de extração do metal. Uma área de floresta tropical equivalente ao tamanho de mais de 10 mil campos de futebol foi destruída em 2019 por mineradores ilegais, segundo o Ibama, a agência federal de proteção ambiental, um aumento de 23% em comparação a 2018. Isso faz parte de um aumento generalizado no desflorestamento da região amazônica.

Para processar o ouro, os mineradores usam mercúrio, que acaba fluindo para rios e contaminando o ar, afetando comunidades locais e sua produção. Alguns reclamam de uma série de doenças terríveis e até de um aumento no número de abortos espontâneos, de acordo com promotores federais.

Com a mineração ilegal, também vem a violência. Várias tribos indígenas na Amazônia brasileira, incluindo os mundurucus e os ianomâmis, estão sob constante ameaça de mineradores, frequentemente, armados e, algumas vezes, trabalhando para o crime organizado. Assassinatos são comuns, segundo a polícia.

A violência atravessa fronteiras nacionais. A Polícia Federal diz que grupos criminosos atuando no Brasil têm conexões próximas com a Venezuela, onde uma região mineradora no sul do país é dominada pelo crime organizado e a mão de obra forçada é prática comum, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) e várias organizações não governamentais.

Boa parte desse “ouro de conflito” é contrabandeado da Venezuela via Colômbia, mas também para a Amazônia brasileira, onde pode ser facilmente lavado, vendido e, no fim, exportado para o mundo a partir de São Paulo.

Embora a luta da polícia comece a ganhar mais força, uma vitória das autoridades ainda está longe de ser garantida

“O risco do ouro ilegal é que o dinheiro pode ser usado para promover mais ilegalidades, como tráfico de drogas e armas e até terrorismo”, disse o diretor da Agência Nacional de Mineração, Eduardo Leão.

Nas últimas semanas, a polícia brasileira realizou uma série de operações para coibir os mineradores ilegais, as rotas de contrabando pelas fronteiras e os serviços de lavagem, que permitem ao ouro ilegal entrar no sistema financeiro mundial.

A ofensiva na reserva Maicuru, uma operação conjunta da polícia e dos militares, que foi concluída com a explosão da pista, foi uma de muitas das autoridades na Amazônia. Dias antes, 60 policiais federais cumpriram 28 mandados de prisão contra membros de uma “organização criminosa” que

atuava entre as fronteiras e, segundo as autoridades, contrabandeava dezenas de milhões de dólares em ouro e dinheiro entre a Venezuela, o Brasil e a Guiana.

Embora a luta da polícia comece a ganhar mais força, uma vitória das autoridades ainda está longe de ser garantida. “Há uma ausência da lei, da regulamentação”, diz Paulo de Tarso, promotor federal em Santarém. “Nosso trabalho é como tentar secar gelo”.

O comércio do ouro no Brasil tem um lado ainda mais controvertido: seus laços próximos com a Venezuela

Tarso e seus colegas, parte de uma pequena equipe de investigadores às voltas para conter os crescentes níveis de crimes ambientais, estão isolados. A capacidade de ação dos poucos policiais locais é sobrepujada pela imensidão e pelos rigores da região, enquanto as agências de proteção ambiental do Brasil (historicamente baluartes contra a destruição da maior floresta tropical do mundo) têm sido privadas de recursos e de pessoal desde que Jair Bolsonaro assumiu como presidente do país em 2019.

Um agente armado do Ibama, que todos os dias fica praticamente em jogo de gato e rato para capturar os mineradores de ouro nas profundezas da floresta, descreve de forma mais incisiva. “Os destruidores da Amazônia foram fortalecidos”, diz. “Está ficando cada vez mais perigoso e consideramos iminentes grandes conflitos.”

Efeito da covid-19 nos preços

Desde que a pandemia da covid-19 levou a cotação do ouro às alturas, a produção e as exportações do metal no Brasil aumentaram. Entre janeiro e setembro de 2020, o país exportou quase US\$ 3,4 bilhões em ouro, aproximadamente o mesmo que em todo 2019, segundo o Ministério da Economia. Já em comparação ao período de janeiro a setembro de 2018, as exportações cresceram 60%.

A cada ano, o Brasil produz cerca de 100 toneladas de ouro, das quais cerca de 35 toneladas vêm de pequenos mineradores, conhecidos como garimpeiros, que têm licença para explorar partes limitadas da Amazônia. O ouro minerado ilegalmente, porém, muitas vezes é lavado e acaba entrando nessa conta oficial ou contrabandeado para a Venezuela e Guiana, de forma que os investigadores não tem uma estimativa clara da produção ilegal de ouro. Larissa Rodrigues, do Instituto Escolhas, um grupo sem fins lucrativos que investiga o assunto, estima que cerca de 15 toneladas de ouro têm procedência ilegal.

“Parte disso entra no sistema financeiro. No Brasil, temos muita atenção internacional à rastreabilidade da carne bovina ligada ao desflorestamento, porque exportamos muito para a Europa. Mas, com o ouro, isso não ocorre de forma alguma”, diz.

A operação que encontrou e destruiu a pista clandestina foi apelidada de “Ouro Frio”, uma resposta sutil à gíria dos garimpeiros que “esquentam” o ouro quando conseguem lavá-lo no sistema financeiro ou no mercado de joias.

O processo é simples. “Um sujeito tem ouro em suas mãos, mas não tem documentação - porque muitos extraíram o ouro de lugares que não são legais”, diz Vasconcelos. “Quando chega a hora de vender o ouro, ou ele apresenta um documento falso ou a própria loja compradora produz o documento.

“Nesse momento, o ouro é comprado por uma empresa oficial, que declara sua procedência como sendo de uma mina legítima”, acrescenta. “Então, o ouro entra no sistema como se fosse legal. Foi ‘esquentado’.”

O processo é muitas vezes feito a caneta, sem bases de dados digitais para rastrear os infratores ou para encontrar provas contra os compradores, que, na teoria, são regulamentados pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Promotores federais fazem campanha há anos para que Banco Central e a agência de mineração idealizem um novo sistema, mas há pouca motivação política. Bolsonaro manifesta regularmente apoio público à abertura da Amazônia para a mineração e é crítico das amplas terras protegidas garantidas às tribos indígenas. O Banco Central e a Agência Nacional de Mineração não responderam a pergunta sobre o tema.

A CVM informou que está “modernizando permanentemente” a regulamentação, de acordo com sua experiência supervisora e as “demandas dos participantes do mercado e da sociedade como um todo”.

Rodrigues diz que o governo não tem ajudado em nada. “Eles estão fazendo propostas para liberar a mineração e falando com os garimpeiros no local de produção”, afirma. “Isso funciona como um sinal para que a ilegalidade continue.”

O agente do Ibama resume a situação melancolicamente: “De onde vem todo o ouro?”, pergunta. “Se você pegar apenas as minas legais, não daria para produzir todo o ouro negociado no mundo hoje. Ninguém liga para a origem do ouro.”

Lobby pró-mineração

Em sua busca pelo metal precioso, José Antônio Pereira dos Santos passou quase 50 anos à margem da lei, até fevereiro deste ano quando recebeu uma licença oficial do governo para escavar na Amazônia.

À frente do novo “boom” do ouro na região, Santos emprega uma equipe de trabalhadores e de equipamentos pesados e mantém uma pista de terra batida que ele usa para transportar para as cidades da região os 5 quilos de ouro legal que explora por mês.

Tais negócios são cada vez mais a espinha dorsal de muitas comunidades pobres amazônicas, onde a extração rudimentar de recursos, incluindo a mineração e a exploração de madeira, frequentemente são o único meio de subsistência.

“Setenta por cento da atividade econômica da região depende do ouro. Aqueles que não dependem dele diretamente, dependem indiretamente. Ele move nossa economia”, diz Weslley Tomaz, vereador de Itaituba, município minerador do Pará conhecido como “Cidade Pepita”.

“Todo mundo fala em preservar a Amazônia, mas somente aqueles que vivem aqui podem cuidar da Amazônia. As pessoas de Brasília, São Paulo, da Europa não sabem como as coisas funcionam aqui”, diz o vereador.

Valmir Climaco, prefeito da cidade, acredita que se trata de uma questão de espírito animal: “Quando ouro é descoberto em uma área, não há nada no mundo capaz de impedir garimpeiros de extraí-lo.”

Os dois homens apoiam a liberalização da indústria mineradora na Amazônia e Tomaz, em particular, está à frente do lobby junto a Bolsonaro e ao Congresso para a aprovação da legislação. Em outubro, grupos pró-mineração bloquearam uma importante via de transporte de grãos na região para promover sua causa.

Essa campanha, porém, despertou a oposição de grupos indígenas locais e de ambientalistas, que afirmam que a legalização de mais atividades mineradoras estimulará ainda mais a destruição da floresta, que já aumentou muito no governo Bolsonaro.

“Há um grande impacto quando garimpeiros entram em contato com as populações indígenas. Eles trazem violência e produzem conflitos dentro das comunidades”, afirma Luiz Jardim Wanderley, professor de geografia da Universidade Federal Fluminense.

Ele acrescenta que alguns povos indígenas abraçaram a mineração como um meio de obter renda, criando uma divisão entre as comunidades tradicionalmente ambientalistas. “Estamos vendo nesse momento uma cisão na

tribo mundurucu entre aqueles que querem o garimpo e aqueles que não querem”, diz.

Os métodos dos garimpeiros geralmente também são grosseiros e não incluem o levantamento adequado dos depósitos. Como resultado, grandes áreas de floresta são destruídas desnecessariamente na busca por apenas umas poucas pepitas, acrescenta o professor Wanderley.

Para Tarso, promotor federal, os garimpeiros - e investidores endinheirados que estão por trás de todos eles - já se beneficiam de uma “legislação favorável e leniente” que os permite “lucrar à custa da sociedade”. “Ficamos com o fardo de rios poluídos, mercúrio nos rios, populações locais ameaçadas pela violência.”

“Arco mineral” da Venezuela

Para pesquisadores internacionais, o comércio do ouro no Brasil tem um lado ainda mais controveitido: seus laços próximos com a Venezuela.

Com a economia da Venezuela em colapso e a receita de seu principal produto de exportação, o petróleo, secando, o governo de Nicolás Maduro estabeleceu um “arco minerador” na margem sul do rio Orinoco em 2016. A ideia era explorar o ouro, os diamantes e o coltan [uma mistura dos minerais columbita e tantalita] existentes na área.

Esse arco cobre 12% do território da Venezuela - uma área do tamanho de Portugal - e por estar no sul, o Brasil é um ponto de saída natural do ouro contrabandeado.

A área é notoriamente violenta. A ONU já registrou casos de um garimpeiro que foi espancado em público pelo roubo de um botijão de gás; um jovem que levou tiros nas duas mãos por ter roubado um grama de ouro e um garimpeiro que teve uma das mãos decepadas por não declarar uma pepita de ouro. Alguns ativistas afirmam que os recursos extraídos da região deveriam ser acompanhados das palavras “sangue” e “conflito”.

“Grande parte do arco minerador é controlado pelo crime organizado ou elementos armados”, segundo um relatório da ONU publicado em julho. “Eles determinam quem entra e quem sai da área, impõem regras, infligem duras punições físicas dentro da área de mineração, incluindo extorsões em troca de proteção.”

O relatório detalha punições brutais impostas pelas gangues que controlam as minas, incluindo amputações por supostos roubos e mortes por suposição de espionagem. “Corpos de garimpeiros são sempre jogados em minas antigas, que são usadas como covas clandestinas”, informa o relatório.

Cristina Burelli, assessora da organização não governamental SOS Orinoco, diz que “a rota natural de saída de parte do ouro passa pelo Brasil. Sabemos que os garimpeiros estão vindo do Brasil. É uma fronteira muito porosa.”

Uma vez na Amazônia brasileira, o ouro pode ter suas origens apagadas com os mesmos métodos usados pelos garimpeiros ilegais, antes de entrar no mercado global. Os lucros, enquanto isso, voltam pela fronteira, geralmente pelas mãos de jovens recrutas.

“Entre 70% e 90% do ouro garimpado na Venezuela deixa o país ilegalmente. Ele nem chega ao alcance do Banco da Venezuela”, diz Alexandra Pinna, gerente sênior do programa da Freedom House para a América Latina, que estima que o valor do ouro contrabandeado para fora do país foi de US\$ 2,7 bilhões em 2018.

Para os promotores, a polícia e os ativistas, a solução de toda a equação está na criação de um sistema de rastreamento confiável, a começar pela digitalização básica das vendas de ouro em cidades como Itaituba no Brasil. Isso, porém, exigiria uma pressão econômica, política e pública coordenada - algo que não parece próximo.

“Se criássemos um sistema de rastreabilidade, poderíamos exigir que as companhias provassem a origem do ouro”, diz um agente federal. ‘Mas ninguém está fazendo isso. E os consumidores acabam ajudando indiretamente.’ **(Tradução de Sabino Ahumada e Mario Zamarian)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Tragédia de Mariana

Requerimentos assinados pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Minas Gerais e pelas Defensorias Públicas da União, de Minas e do Espírito Santo pediram à Justiça para ampliar o número de famílias indenizadas pela tragédia da Samarco, em Mariana, que ontem completou cinco anos. Os órgãos públicos também expediram um alerta sobre a inadequação do conteúdo de textos jornalísticos e publicitários elaborados pela Fundação Renova, que estariam utilizando “números e dados que contradizem total ou parcialmente os relatórios produzidos” pelo MPF. “Todo esse material confunde, desinforma, passando a ideia de que tudo está bem, quando, na realidade, absolutamente tudo está atrasado e as populações atingidas estão sofrendo”, diz o texto encaminhado às mineradoras e à Fundação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 06/11/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Rafael Bitencourt — De Brasília**Título:** Edital de venda da CEB deve ser lançado hoje**Tribunal de Contas do Distrito Federal deu aval à venda da estatal sem autorização da Câmara Legislativa**

Será lançado hoje o edital de privatização da CEB Distribuição, concessionária que fornece energia a 1,1 milhão de clientes do Distrito Federal e é controlada pelo governo local. Um dos últimos entraves à venda do controle da companhia foi superado na última semana, com o aval do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

O tribunal de contas local permitiu que a concessionária de distribuição passe para as mãos do setor privado sem autorização prévia da Câmara Legislativa do DF. O tema também foi pacificado em recente decisão do Judiciário. Se houvesse a necessidade de aprovar lei distrital para permitir a realização do leilão, marcado para o dia 27 de novembro, o governador Ibaneis Rocha (MDB) teria que usar parte do seu capital político para enfrentar os parlamentares contrários à privatização.

O GDF contratou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para fazer, por meio de consultorias, a avaliação dos ativos e conduzir o processo de venda da CEB. O certame será realizado na B3, em São Paulo. Os estudos econômicos definiram que a distribuidora será ofertada ao mercado ao preço mínimo de R\$ 1,424 bilhão.

Grandes grupos do setor elétrico, com atuação no segmento de distribuição, já sinalizaram o interesse de entrar na briga pela CEB, tais como EDP, Equatorial, Energisa, Neoenergia, CPFL e Enel. Alguns já fizeram a manifestação formal no processo de licitação, enquanto outros procuraram o BNDES para ter acesso aos estudos e tirar dúvidas.

A área de concessão da CEB é caracterizada por um mercado denso sem grandes desafios para um grupo privado com atuação no mercado brasileiro. Os estudos apontam para a necessidade de investimento de R\$ 5 bilhões ao longo dos 25 anos de prazo remanescente do contrato, que está hoje em seu quinto ano.

Atualmente, a CEB tem enfrentado dificuldade para realizar os níveis de investimentos na rede e atingir a qualidade de serviços exigidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Porém, especialistas do setor, ouvidos pelo

Valor, consideram que é relativamente fácil reverter a situação com investimento em eficiência operacional. Por consequência, é esperado que a melhora de desenho seja percebida pela agência reguladora e convertida em aumento de receita na aprovação dos reajustes tarifários seguintes.

No ranking de qualidade do serviço, a CEB ocupa a 25ª posição entre as 29 distribuidoras de grande porte, acima de 400 mil unidades de consumo. A companhia também tem descumprido os indicadores de qualidade relacionados à duração e à frequência de interrupções no fornecimento de energia (DEC e FEC).

Outro desafio do investidor privado será combater as perdas com as ligações clandestinas, os chamados “gatos”. A área de concessão, porém, não conta com problemas que inviabilizariam a redução drástica deste indicador.

Entre os atrativos da distribuidora estão o consumo médio de energia por cliente considerado relativamente alto e uma população com renda elevada em relação à média nacional. Alguns analistas consideram que a concessão da CEB tem uma vantagem adicional que é atender a capital, o que oferece a possibilidade de o grupo vencedor do leilão passar a conviver com políticos e com o órgão regulador que definem os rumos do setor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio

Título: Alta da inflação afeta desempenho da Engie no 3º tri

Lucro líquido foi de R\$ 490 milhões no terceiro trimestre, 34% abaixo de igual intervalo do ano passado

O aumento da inflação observado no Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) afetou os balanços do terceiro trimestre da Engie Brasil Energia (EBE) devido à variação monetária sobre as concessões a pagar da companhia. O índice subiu 9,3% entre julho e setembro, fruto principalmente do impacto cambial. Com isso, a EBE registrou lucro líquido de R\$ 490 milhões no terceiro trimestre de 2020, valor 34% abaixo de igual intervalo do ano passado.

Nos próximos meses o impacto deve ser atenuado pelo reajuste dos contratos da companhia, diz o diretor-presidente Eduardo Sattamini. O preço médio dos contratos de venda de energia da EBE no terceiro trimestre foi de R\$ 196,50 por megawatt-hora, 3,8% acima do obtido entre julho e setembro de 2019, o que reflete, em parte, a atualização monetária, além de exportação para a Argentina.

A receita operacional líquida da EBE no terceiro trimestre foi de R\$ 3,2 bilhões, acréscimo de 28,7% na comparação anual. De acordo com Sattamini, a evolução das receitas mostra que o impacto da crise causada pela covid-19 já passou. “Parece que nem existiu pandemia”, afirma o executivo. Ele lembra que a demanda de energia elétrica já voltou a superar os níveis do ano passado em setembro. Ainda assim, a companhia registrou volumes de venda de energia entre julho e setembro 4,3% menores do que em igual período de 2019. Na comparação com o segundo trimestre deste ano, houve alta de 6,9% nas vendas.

A expectativa da companhia é intensificar as vendas no mercado livre de energia nos próximos meses, com a entrada em operação da plataforma Energy Place. “Esta é a primeira plataforma que vende energia no Brasil de forma unicamente digital. É uma ferramenta de comercialização e relacionamento com o cliente, que poderá ter uma visão completa de todos os contratos. Pretendemos ainda adicionar outros produtos à plataforma em 2021”, explica o executivo.

Apesar do clima de recuperação, a EBE ainda observa atrasos na construção do parque eólico de Campo Largo, na Bahia, que atrasou devido às medidas de distanciamento social para o combate à crise sanitária. A expectativa é que o início da operação ocorra em fevereiro de 2021. “As obras já voltaram à sua normalidade com toda força”, acrescenta Sattamini.

A EBE também enfrenta dificuldades para prosseguir com a construção da linha de transmissão de Gralha Azul, no Paraná. Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal e Estadual do Paraná questiona o licenciamento ambiental. Sattamini explica que as obras seguem sem atraso nos trechos que não são alvo do questionamento e que a expectativa é reverter a liminar “em breve”. “Reduzimos à metade o impacto ambiental de supressão da vegetação previsto no primeiro licenciamento. Passamos a utilizar torres de transmissão mais altas que diminuem a necessidade de cortes de árvores e a usar drones no lançamento dos cabos. O projeto tem baixíssimo impacto ambiental.”

A EBE olha também para novos projetos no Brasil, em linha com o novo posicionamento anunciado pela matriz francesa em julho, com foco em energia renovável e infraestrutura. A companhia estuda sua participação no próximo leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), previsto para dezembro. “Estamos olhando alguns dos lotes sendo oferecidos e fazendo estudos técnicos. Não sabemos ainda o tipo de competição que vamos enfrentar, mas estamos nos preparando da melhor forma para sermos competitivos”, diz Sattamini, acrescentando que não espera mudança de interesse pelo leilão devido à crise. “Hoje há muita liquidez no mundo, as

empresas estão buscando oportunidades de crescimento, então acho que o leilão terá boa participação”, conclui.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Resultado financeiro diminui lucro da AES

Uma das maiores geradoras de energia do país, a AES Tietê encerrou o terceiro trimestre com bom resultado operacional, mas piora na última linha do balanço.

De julho a setembro, o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da empresa subiu 22,3% no comparativo anual, para R\$ 311,7 milhões, mas o lucro líquido caiu 47,3%, atingindo R\$ 51,5 milhões. O resultado foi afetado pelo forte aumento de 181% da despesa financeira líquida, refletindo a atualização, pelo IGP-M, do saldo passivo do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês) que a companhia carrega.

O presidente da Tietê, Ítalo Freitas, avalia a geradora teve desempenho positivo no período, com as usinas trabalhando a altos níveis de disponibilidade. Ele destaca ainda a redução de custos e despesas operacionais, da ordem de 15% no trimestre, puxada por menores gastos com compra de energia. “Isso reflete justamente o novo time de gestão de portfólio, que vem atuando fortemente. Até o terceiro trimestre, conseguimos um ganho de R\$ 18 milhões”, aponta.

Segundo Freitas, a companhia está concentrada agora em três frentes de crescimento. Nos projetos “greenfield”, construídos do zero, os esforços estão na conquista por novos contratos de compra e venda de energia (PPAs) de longo prazo. “Estamos vendo um reaquecimento desse mercado, estamos ter uma boa novidade nos próximos meses”.

A Tietê deve começar a construir em 2021 um complexo eólico na Bahia e, em paralelo, está desenvolvendo um projeto eólico no Rio Grande do Norte. Juntos, os projetos somam 1,4 gigawatt (GW) disponível para venda de energia. Para otimizar a geração, a companhia apostou na “hibridização” dos parques no futuro, combinando as fontes eólica e solar. A discussão sobre a regulamentação dos parques híbridos foi aberta no mês passado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A companhia também avalia oportunidades no mercado secundário. De acordo com Freitas, há um “leque” de projetos em estudo, alguns em fase avançada.

Já em comercialização, a Tietê se prepara para lançar, até o fim deste mês, uma plataforma digital para o ambiente de contratação livre (ACL). O produto é semelhante ao criado recentemente por outras grandes geradoras de energia e foi pensado para ajudar na migração de novos consumidores ao mercado livre, além de facilitar a gestão do consumo. Com a empreitada, a Tietê quer entrar no segmento de “varejo” e “atacarejo” do setor elétrico, atendendo consumidores com cargas mais baixas.

Em relação à repactuação do GSF, o presidente da Tietê avalia que, após anos de espera, o processo está caminhando “muito bem”. “Quando tiver a versão final, vamos correr para analisar e dar nosso veredito”. A geradora teria que realizar o pagamento do saldo devido à CCEE - já tem recursos suficientes para isso reservados em caixa - e, em contrapartida, teria uma compensação financeira de R\$ 636 milhões, segundo cálculos preliminares.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Ultra ganha quase R\$ 3 bi em um dia na B3

Mais uma vez, o grupo Ultra demonstrou que os esforços de recuperação dos resultados, iniciados em 2018, estão de fato se traduzindo no fortalecimento dos negócios e, embora ainda tenha sentido o efeito da pandemia de covid-19 na distribuição de combustíveis, entregou desempenho acima das expectativas no terceiro trimestre. A resposta dos investidores veio à altura: em um único dia, a Ultrapar, holding do grupo, ganhou R\$ 2,9 bilhões em valor de mercado, chegando a R\$ 22 bilhões ontem.

Desde o início dos negócios na B3, os papéis da companhia operaram em forte alta, embalados pelo balanço divulgado na véspera. Mas ganharam mais tração após a teleconferência de resultados, na qual o comando do grupo indicou que a tendência positiva deve se manter no quarto trimestre. No fechamento, a ação ON exibia alta de 15,1%, a maior do Ibovespa, para R\$ 19,75.

“Pela primeira vez em muito tempo, vemos espaço para melhora da expectativa de ganhos”, escreveram os analistas Thiago Duarte e Pedro Soares, do BTG Pactual. Para o banco, os resultados no terceiro trimestre reforçam a tese de que o portfólio do grupo é bem equilibrado e a Ipiranga pode continuar a se beneficiar de uma recuperação em “V” das margens. Os analistas reiteraram recomendação de compra para as ações da Ultrapar.

A margem Ebitda da distribuidora de combustíveis chegou a R\$ 102 por metro cúbico no trimestre, acima do esperado pelo UBS BB, na esteira do resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de R\$ 566 milhões, 6% maior do que o projetado. O Ebitda do grupo, de R\$ 1,04 bilhão, superou em 9% a estimativa do banco. Para os analistas Luiz Carvalho e Gabriel Barra, as mudanças em curso no grupo são positivas e a tendência de ganho deve se manter em 2021.

Na teleconferência, o presidente do Ultra, Frederico Curado, disse que todas as operações sentiram a recuperação da atividade econômica no país. “Em suma: todos os negócios tiveram bom desempenho no trimestre, confirmando a resiliência e a qualidade do portfólio”, disse. Na Ultragaz, distribuidora de GLP envasado, o resultado operacional foi recorde e a Extrafarma, rede de varejo farmacêutico, teve o melhor Ebitda trimestral desde sua aquisição, em 2014.

Para o quarto trimestre, a perspectiva é de manutenção da recuperação gradual dos volumes na Ipiranga, com margens relativamente estáveis ante o terceiro trimestre, de acordo com o novo diretor financeiro e de relações com investidores da Ultrapar, Rodrigo Pizzinatto. “Até agora, o aumento de custos tem sido menor do que o visto no terceiro trimestre”, observou. Houve depuração da rede de postos, privilegiando aqueles com maior galonagem, e ao fim de setembro a Ipiranga contava com 7.107 postos.

Na Extrafarma, a expectativa é de continuidade de melhoria de desempenho, com crescimento dos resultados recorrentes no quarto trimestre frente ao mesmo intervalo de 2019. Na Ultragaz, depois do resultado operacional recorde de R\$ 222 milhões no terceiro trimestre, a previsão para os próximos trimestres é de resultados similares aos verificados em igual período do ano anterior, “lembrando que o quarto trimestre é sazonalmente mais fraco”, disse o executivo.

Para a Ultracargo, o grupo projeta manutenção do patamar de crescimento dos resultados visto no terceiro trimestre. Conforme Pizzinatto, as expansões dos terminais de Vila do Conde, no Pará, e Itaqui, no Maranhão, começam a entrar em operação ao longo dos próximos 18 meses, antes do prazo previsto originalmente. O executivo afirmou ainda que, na Oxiteno, embora os últimos três meses do ano também sejam sazonalmente mais fracos, a previsão é de volumes e margens similares ao visto no terceiro trimestre.

De acordo com Curado, a Ultrapar segue analisando os ativos de refino colocados à venda pela Petrobras e, apesar de avaliar ofertas junto a eventuais sócios estratégicos, também pode participar de maneira independente do processo. O grupo avançou para a fase final da disputa pela Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), conforme já anunciado pela Petrobras, mas o executivo

não forneceu mais detalhes em razão de um acordo de confidencialidade. “Não temos como comentar prazos, mas a pandemia tornou o processo um pouco mais lento”, comentou. Curado disse ainda que ativos na cadeia do gás natural estão em avaliação, mas em fase preliminar. “Não há nenhuma conclusão, mas está na pauta”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: ANM licita 185 áreas para pesquisa mineral

Agência irá fazer novos leilões em dezembro e fevereiro com 10 mil posições

O projeto piloto da Agência Nacional de Mineração (ANM) para licitar 502 áreas que estavam em disponibilidade foi concluído nesta semana. Segundo o diretor da ANM, Eduardo Leão, o processo ofertou somente áreas de agregados e 185 tiveram interesse público, sendo que 103 áreas já têm novos donos para iniciarem as pesquisas geológicas. As outras 82 tiveram mais de um interessado e irão para leilão.

“Foi um sucesso a iniciativa porque, apesar de licitarmos cerca de 40% das áreas disponíveis, agora elas ficam livres podendo ser requerida para pesquisa por outros interessados. Não fica na mão do governo”, disse Leão.

Segundo Leão, com o “sucesso” do processo, a ANM já está preparando mais duas licitações para dezembro e para fevereiro, sendo ofertadas 5 mil áreas em cada uma. “Serão áreas mistas, com vários tipos de minérios, não restringindo a um único setor. Além disso, são locais que já temos conhecimento geológico, com relatórios de pesquisas. Pode ter mais interesse por parte dos investidores”, afirmou.

Leão ressaltou que as novas a serem ofertadas nas próximas licitações podem atrair mais investidores jurídicos pelas qualidades dos ativos, algumas já haviam algum tipo de lavra, e devem ter um valor mínimo maior do que no projeto piloto, que era estimado em R\$ 971,63 por hectare, de acordo com a resolução que permitiu a licitação dessas áreas em disponibilidade. Com isso, nas 103 que já foram licitadas o governo arrecadou pouco mais de R\$ 100 mil.

“O nosso maior interesse é colocar as áreas no giro para o setor. E o sucesso se comprovou principalmente comparado às práticas passadas que eram extremamente judicializadas.”

Para os próximos pleitos, o dirigente afirmou que o valor mínimo ainda não foi definido, mas a tendência é de que sejam em torno de R\$ 3 mil. “Outra coisa que estamos avaliando é a adoção de garantias financeiras para participar do processo, o que não ocorreu nesta primeira licitação.”

Hoje, a ANM tem um estoque de cerca de 50 mil áreas em disponibilidade e a expectativa é que em dois anos possa zerar essa carteira. “Nossa ideia é, depois dessas próximas licitações, fazermos novos leilões com 10 mil a 15 mil áreas. Após isso, será um processo de prateleira”, disse Leão. Diariamente uma área é entregue ao governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/11/2020

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / Rio

Título: ONS deve ampliar uso de usinas termoelétricas

Órgão diz que medida se deve ao nível mais baixo dos reservatórios e ao aumento do consumo com a flexibilização do isolamento social

A situação preocupante dos reservatórios das hidrelétricas dos subsistemas Sul e Sudeste/Centro-Oeste vai obrigar o Operador Nacional do Sistema (ONS) a elevar este ano o uso de usinas termoelétricas acima do registrado em outubro do ano passado, podendo chegar aos 16 mil megawatts/dia, acima do patamar de 14 mil MW/dia de 2019, para fazer frente ao aumento do consumo trazido pela recuperação econômica e pelo aumento da temperatura, informou em entrevista ao Estadão/Broadcast o diretor-geral do Operador, Luiz Ciocchi.

Às vésperas de completar seis meses no cargo, Ciocchi assumiu o complexo posto de operador do sistema em plena pandemia, o que o impediu de conhecer pessoalmente seus funcionários, que desde março trabalham em home office, com apenas 5% do efetivo no campo de batalha das mesas de operação.

“Muito provavelmente este outubro foi um dos outubros mais secos, desde 1931, quando começou a série histórica. É o mais seco da Região Sul e o terceiro mais seco na Região Sudeste”, afirmou o executivo, contando, porém, com as previsões de chuvas intensas nos reservatórios das hidrelétricas em meados de novembro.

Para poupar os reservatórios nessas regiões, o ONS tem acionado usinas termoelétricas, mais caras para o consumidor. “A gente vinha despachando bem menos as térmicas do que no ano passado, em setembro era algo como 7, 8, 9 mil MW. A partir do fim de outubro a gente voltou ao patamar de 14 mil MW,

como no ano passado, e a expectativa é que a gente consiga poupar um pouco essa água dos reservatórios subindo esse despacho”, explicou.

A maior preocupação é com o Sul, mas no Sudeste a bacia do Rio Grande, que abastece Furnas, também inspira cuidados.

Também as intensas queimadas deste ano têm sido um grande desafio, apesar de não ter sido registrado nenhum grande acidente na rede.

Por outro lado, foi também após a sua chegada que o subsistema Nordeste saiu de importador para exportador de energia, em meados do ano, impulsionado pela boa safra de ventos para a geração eólica. Agora, porém, os ventos começam a perder força. Ele descartou qualquer problema no abastecimento de energia no País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/11/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA GUIMARÃES, CRISTIAN FAVARO CYNTHIA DECLOEDT, CIRCE BONATELLI, AMANDA PUPO E FERNANDA NUNES

Título: CSN leva investidor à Casa de Pedra e mantém IPO

Coluna do Broadcast

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está seguindo o cronograma para abrir capital de sua unidade de mineração. Apesar de sua principal mina ser bastante conhecida, há duas semanas foram levados gestores e analistas à Casa de Pedra, em Congonhas (MG). Fizeram a visita 15 fundos de São Paulo, cinco do Rio e analistas de mercado. Todos teriam saído impressionados com a dimensão da operação. Mesmo com a expectativa de o valor da oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) ser de US\$ 1,5 bilhão - mais de R\$ 8 bilhões -, o preço ainda será levado à discussão com potenciais investidores. Ou seja: a ideia foi apresentar primeiro ao mercado o investimento. O pilotfishing, momento de sondagens já identificando os interessados, acaba de começar. Teve início na terça, 3.

» Sai que é sua. O cronograma é fazer o lançamento da oferta inicial da mineração no dia 20, quando começa, de fato o roadshow (apresentação a demais investidores). O valor da ação no dia do IPO deve ser conhecido em 10 de dezembro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 06/11/2020**Seção:** Notas e Informações**Autor:****Título:** As liminares do STF

É cada vez mais comum ouvir críticas contra a quantidade de decisões liminares proferidas individualmente por ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A natureza de órgão colegiado seria incongruente com as decisões monocráticas, encaradas como usurpação individual de um poder concedido ao colegiado. Segundo essa ótica, as decisões monocráticas dos membros do STF afrontariam, em alguma medida, a própria Constituição.

A despeito da natureza colegial do Supremo, é preciso reconhecer, no entanto, que decisões liminares não são incompatíveis com a Constituição. Na verdade, o poder geral de cautela concedido a um magistrado, autorizando-o a proferir decisões liminares, vem realizar precisamente o direito constitucional a um processo efetivo. Em muitas situações, a espera pela decisão definitiva do órgão colegiado poderia ocasionar danos e prejuízos irreversíveis. Sem a agilidade das medidas cautelares, o Judiciário dificilmente poderia cumprir, de forma efetiva, sua missão de fazer valer o Direito.

Por isso, a legislação concede ao magistrado, seja qual for sua esfera de competência, o poder geral de cautela. O Código de Processo Civil estabelece, por exemplo, que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo” (art. 300). Assim, a concessão de uma liminar, quando estão presentes os requisitos do *fumus boni iuris* (a fumaça do bom direito) e o *periculum in mora* (o perigo na demora), não representa nenhuma usurpação de poder. Trata-se de estrito e diligente cumprimento da função jurisdicional, protegendo direitos e evitando danos.

O que é incompatível com a colegialidade do Supremo - e, a bem da verdade, com a própria natureza das decisões liminares - é a permanência dessas decisões ao longo do tempo, sem a devida revisão pelo órgão colegiado. São medidas de urgência e, assim, devem ser tratadas. Se a efetividade da Justiça exige que, às vezes, se tome uma decisão cautelar monocrática, a mesma efetividade deve levar a que o competente órgão colegiado revise essa decisão.

Segundo noticiou o Estado, há 65 liminares concedidas por ministros do Supremo que estão pendentes de julgamento pelo plenário. Desse total, dez decisões estão à espera de análise pelo colegiado há mais de cinco anos. Há, por exemplo, uma decisão liminar de 2013, proferida pela ministra Cármem Lúcia,

suspendendo as regras de distribuição dos royalties do petróleo aprovadas pelo Congresso. A decisão atendeu a um pedido do governo do Rio de Janeiro, que alegou que o ato do Legislativo federal causaria, apenas naquele ano, um prejuízo na ordem de R\$ 4 bilhões ao Estado e aos municípios fluminenses.
Previsto para ser julgado em dezembro pelo plenário do STF, o caso foi recentemente retirado de pauta.

Outro caso de decisão liminar que envolveu cifras milionárias e produziu efeitos ao longo de anos foi a do ministro Luiz Fux, estendendo o pagamento de auxílio-moradia a todos os magistrados e procuradores. A decisão nunca foi apreciada pelo plenário. No final de 2018, após a aprovação de aumento salarial para o Judiciário, o relator revogou a liminar concedida em 2014.

A permanência no tempo dessas liminares contraria o próprio Regimento Interno do Supremo. Por exemplo, como primeira providência nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins), “o relator pedirá informações à autoridade da qual tiver emanado o ato, bem como ao Congresso Nacional ou à Assembleia Legislativa, se for o caso” (art. 170). No entanto, se houver pedido de medida cautelar, o Regimento Interno do STF estabelece que o relator deverá submeter a medida ao plenário, “e somente após a decisão solicitará as informações” (§ 1.º do art. 170).

Como se vê, o Regimento Interno já prevê a prioridade e a urgência da análise das decisões liminares pelo colegiado. Parece oportuno estabelecer um prazo para essa revisão. A efetividade da Justiça reclama um tribunal ágil, seja para agir monocraticamente, seja para julgar colegialmente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/11/2020

Seção: Mercado

Autor: NP

Título: Consumo de diesel se recupera e aponta retomada da economia

Rio de Janeiro - As vendas de óleo diesel no mercado brasileiro atingiram em setembro níveis superiores aos do mesmo período de 2019, em mais um sinal de retomada da economia após o período mais crítico da pandemia. O mercado espera que o ritmo se mantenha até o fim do ano.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), as distribuidoras de combustíveis venderam em setembro 5,2 bilhões de litros de diesel, volume 7% superior ao verificado no mesmo mês de 2019. Foi a primeira vez desde o início da pandemia que a marca do ano anterior foi ultrapassada.

De acordo com executivos do setor, o desempenho foi impulsionado pela boa safra de grãos, cujo transporte é um dos principais consumidores de diesel do país. Mas os dados de outubro e do início de novembro mostram que a recuperação de comércio e indústria também vem impulsionando o transporte de cargas.

Entre os dias 1º e 28 de outubro, segundo boletim do MME (Ministério de Minas e Energia), o consumo do combustível cresceu 2,8%, na comparação com o mesmo período do ano anterior — a ANP só divulgará os dados oficiais de outubro no fim de novembro.

A retomada do consumo vem levando a Petrobras a registrar sucessivos recordes de vendas do combustível. Em setembro, foram 400 mil barris por dia, superando a marca de 361 mil barris diários registrada em julho. No terceiro trimestre, a estatal produziu em suas refinarias um volume de diesel 12% superior ao do mesmo período de 2019.

O mercado espera que, mantido o ritmo, o consumo nacional de diesel feche o ano um pouco acima do registrado em 2019. Em relatório sobre o setor de combustíveis, o banco UBS diz ver ainda espaço para maior recuperação à medida que mais cidades removam restrições à mobilidade estabelecidas durante a pandemia.

No acumulado do ano, segundo a ANP as vendas de diesel ainda são 1% menores do que no mesmo período de 2019. O desempenho, porém, ainda é melhor do que o dos outros combustíveis automotivos, que sofreram mais com a redução da circulação de pessoas durante a pandemia.

As vendas de gasolina e de etanol acumulam queda de 9,1% e 16%, respectivamente, no ano. No primeiro caso, houve recuperação em setembro, diante dos altos preços do etanol, com alta de 2,23% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O crescimento das vendas de diesel ocorre em um momento de pressão nos preços provocada pela retomada das cotações internacionais do petróleo após o pior período da pandemia e pela escalada dos preços do biodiesel, impulsionados pela alta demanda global pela soja.

No mais recente leilão de biodiesel promovido pela ANP, o litro do bio combustível foi vendido a R\$ 5,51, quase três vezes o valor cobrado pela estatal pelo litro do diesel de petróleo. Atualmente, o biodiesel representa 11% da mistura vendida nos postos, e o setor já alertou para a necessidade de repasses.

“Os postos trabalham com margens muito reduzidas, portanto, dificilmente conseguirão absorver eventuais aumentos do diesel”, disse, em nota distribuída na semana passada, a Fecomustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes).

A entidade defende a redução do percentual de mistura obrigatória para 8%, como medida para reduzir a pressão altista. Pela lei, deveriam ser 12%, mas a ANP vem flexibilizando o valor diante da dificuldade de fornecimento.

Em resposta, o setor de biocombustíveis rechaça acusações de que sobe os preços em busca de lucro e que os aumentos são justificados pela alta demanda internacional pela soja, que é cotada em Bolsa.

“Nesse contexto, os preços da soja e de seus derivados, entre eles do biodiesel, têm sido altamente impactados pela desvalorização cambial sofrida pelo real ao longo do ano de 2020, em meio a pandemia do coronavírus”, afirmou a Abiove (Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais).

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2020

Seção: Economia

Autor: JULIA LINDNER E PAULA FERREIRA

Título: Amapá fica 2 dias às escuras após incêndio em subestação

Blecaute deixa 13 das 16 cidades do estado sem luz. Restabelecimento de 100% da rede elétrica vai levar 15 dias

Brasília - O Amapá completou ontem mais de 48 horas às escuras. Um blecaute atingiu ao menos 13 dos 16 municípios do estado, incluindo a capital, na noite de terça-feira, e desencadeou um gabinete de crise liderado pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. Apesar da mobilização do governo, a energia ainda não havia voltado na maior parte do estado na noite de ontem. Segundo o ministro, só nesta sexta-feira será restabelecido o equivalente a 70% do abastecimento. O fornecimento de eletricidade só voltará a 100% em 15 dias.

O apagão foi provocado por um incêndio que atingiu transformadores da subestação de energia de Macapá. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o fogo levou ao desligamento automático das linhas de transmissão Laranjal-Macapá e das usinas hidrelétricas Coaracy Nunes e Ferreira Gomes, que abastecem a região. Houve perda total de pelo menos um dos transformadores.

Sem energia desde terça, houve transtornos no funcionamento de hospitais, comércio, estações de tratamento de água e equipamentos de telecomunicações das cidades. Muita gente lotou os supermercados de Macapá, que funcionavam com geradores, na tentativa de comprar água para estocar e usar tomadas para recarregar celulares. O aeroporto da capital também se tornou destino de moradores em busca de energia.

ÚNICA SUBESTAÇÃO

Praticamente todo o estado ficou sem luz porque a subestação atingida pelo incêndio é a única do Amapá. Apenas duas cidades não tiveram o abastecimento prejudicado porque são atendidas por sistemas próprios e isolados da rede geral do estado.

Em entrevista na noite de ontem, Albuquerque afirmou que o religamento parcial da rede hoje será possível com o conserto de um dos transformadores danificados. Ele explicou que o restabelecimento total do sistema de energia do estado depende da chegada de um novo transformador, que deve levar 15 dias. A segurança do sistema elétrico, porém, só estará estabelecida em 30 dias, quando o terceiro transformador foi instalado.

Nas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro disse que havia outro transformador, mas ele estava em manutenção desde dezembro:

— Pode ser que justifique, mas, a princípio, dez meses de manutenção é um tanto quanto complicado. O outro não estava bem, funcionando de forma precária, e o terceiro, que estava bem, acabou explodindo.

Albuquerque viajou ao estado ainda na quarta. Após se reunir com o governador do Amapá, Waldez Góes (PDT), disse ontem que o governo federal providencia a chegada de geradores no estado para atender aos locais que forem definidos como prioritários pela administração estadual.

Em nota, o governo do Amapá afirmou que está priorizando o suprimento de energia por meio de geradores para hospitais e estações de tratamento de água. E intensificou o policiamento ostensivo durante a noite. Participam do gabinete de crise também a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Eletrobras e a LMTE, companhia titular da linha de transmissão.

'CAOS' NOS MUNICÍPIOS

Assessores do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) no Amapá descreveram a situação em Macapá como caótica. O parlamentar está em Macapá para apoiar a campanha do ex-senador João Capiberibe (PSB) para a prefeitura da capital e falou sobre os problemas em um vídeo divulgado por sua equipe:

— Gêneros de primeira necessidade começam a faltar, como água e combustível, levando caos aos municípios. A situação é tão grave que os principais hospitais do estado, como o Hospital das Clínicas e o de Emergências operam desde a madrugada de quarta-feira à base de geradores.

Randolfe apresentou uma representação ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Amapá para que sejam apuradas as causas da interrupção do fornecimento de energia e as condutas de agentes públicos diante da situação. O ministro Bento Albuquerque afirmou que as circunstâncias do incêndio serão apuradas e, caso necessário, os responsáveis serão punidos.

Também amapaense, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), acompanhava de Brasília a situação. Ele voltou à capital federal para comandar sessões após uma temporada em Macapá para ajudar a campanha de seu irmão, Josiel, na disputa pela prefeitura. Na quarta-feira, o presidente do Senado deixou a sessão na metade para se reunir com o ministro de Minas e Energia para tratar da crise no Amapá.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Preço do gás avança

Indústria deve arcar com reajustes fortes até o fim deste ano

O “choque de energia barata” prometido pelo governo Jair Bolsonaro ainda não chegou ao mercado de gás natural. Levantamento feito pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace) aponta para aumentos em pelo menos 15 estados neste fim de ano, o que anulará boa parte das quedas registradas a partir de março, quando a pandemia do coronavírus começou a avançar no país.

A indústria paulista que usa o combustível deve arcar com um reajuste de 8,11%. Em Minas Gerais, o aumento pode ser de 23,56%. Os reajustes devem gerar um aumento de custos para empresas, que poderão repassar isso para o preço final dos produtos, onerando, na ponta, o consumidor.

A valorização do dólar e do preço do barril de petróleo no mercado internacional no último trimestre são os principais fatores por trás dos reajustes esperados.

Na quarta-feira, a Petrobras anunciou aumento médio de 33% no preço da molécula de gás, o que afeta em parte o valor final do gás canalizado e do GNV,

para carros. Na maior parte das distribuidoras, reajustes são revistos a cada três meses.

No Rio, o aumento previsto para ocorrer em novembro foi suspenso por uma decisão do governo do estado.

Segundo a Naturgy, a alta ocorreria unicamente devido ao aumento do preço do gás vendido pela Petrobras para a distribuidora.

Na Bahia, a concessionária reajustou os preços em 28,09% no início do mês, reflexo do aumento do preço da molécula de gás. A empresa diz que não há ajuste de margem da distribuidora.

Adrianno Lorenzon, gerente de Gás Natural da Abrage, diz esperar contas mais altas em razão do anúncio feito pela Petrobras. Além da indústria, consumidores residenciais e o comércio também deverão arcar com reajustes, mas em menor proporção.

O problema pode se estender para o próximo ano.

— Os avanços que estamos vendo agora já eram esperados por conta do dólar e petróleo. Em dezembro, a Petrobras e as distribuidoras começam a renegociar seus contratos para 2021 com base nas condições de mercado. Por isso, há uma expectativa de aumento nos preços — diz Lorenzon.

INADIMPLÊNCIA EM ALTA

Para a Abegás, a associação das empresas de gás canalizado, o reajuste anunciado pela estatal vai anular boa parte da queda acumulada no ano. Ainda assim, o diretor de Estratégia e Mercado da Abegás, Marcelo Mendonça, diz que o preço médio do gás em 2020 ficará 14% mais baixo do que o registrado no ano passado.

— Esse reajuste anulou a redução dos últimos seis meses. Hoje temos um cenário imprevisível, com a influência do dólar e as eleições nos EUA. Isso tira a expectativa de melhora — disse Mendonça, destacando que 453 cidades no país contam com gás canalizado.

Algumas distribuidoras já estão pleiteando aumentos para 2021. A concessionária de Santa Catarina, por exemplo, quer um reajuste de 22% a partir de janeiro. Neste ano, a SC Gás reduziu

as tarifas em 8,34%. Em São Paulo, a Arsesp, agência reguladora do estado, disse que, em razão do reajuste de preço aplicado pela Petrobras, avalia como será feito o repasse a fim de minimizar o impacto para os usuários.

A alta nos preços do gás ocorre no momento em que as próprias distribuidoras vêm sofrendo com o aumento do calote. A Naturgy, que teve reajuste suspenso, diz que a inadimplência está em 30%. “A não autorização do repasse trimestral do custo de compra do gás poderá gerar um déficit de caixa de R\$ 200 milhões na CEG e CEG Rio, que já estão impactadas por cerca de 30% de inadimplência em razão da pandemia”, disse a empresa em comunicado.

A mesma preocupação está no radar da Comgás, que atua em São Paulo. Em seu relatório financeiro, a companhia disse que sua geração de caixa operacional, medida pelo Ebitda (lucro registrado antes do pagamento de impostos e amortizações) sofreu queda de 17% no trimestre, para R\$ 481 milhões. Parte disso reflete o avanço da inadimplência. A empresa não informa qual foi a taxa efetiva de aumento nos calotes, mas decidiu abrir uma campanha promocional para que seus clientes regularizarem suas contas. A ação garante até 50% de desconto para quem tem débitos abertos há mais de um ano.

QUEDA SÓ NO LONGO PRAZO

Segundo especialistas, o plano do governo para baratear o gás não terá efeito imediato. A redução deve levar de quatro a cinco anos até o consumidor começar a sentir o efeito no dia a dia.

O projeto de lei (PL) que altera a regulação do setor de gás, aprovado pela Câmara em setembro, precisa ainda passar pelo Senado.

Por isso, ponderam os especialistas, o caminho até a redução dos preços é longo, pois o setor ainda é controlado pela Petrobras em diversos segmentos. Para eles, é preciso atrair mais produtores de petróleo e gás, permitindo que as distribuidoras tenham mais opções para comprar o combustível.

Hoje, muitas distribuidoras têm a Petrobras como acionista, o que também dificulta a possibilidade de buscar novos fornecedores. Além disso, os especialistas ressaltam a necessidade de atrair investidores para construir dutos e estimular a indústria a usar gás natural.

— O país vive hoje um problema que é anterior à pandemia. Se a tarifa não cair, como serão atraídos novos investimentos. Os mercados internacionais já estão se recuperando, e esse aumento agora no país vai dificultar nossa reação — disse Adrianno Lorenzon.

Segundo Marcelo Mendonça, da Abegás, o PL do gás vai permitir a entrada de novas empresas no setor, o que ampliará a concorrência.

— Sem as novas regras que vão permitir a maior concorrência, o mercado vai ficar no mesmo patamar — alertou Mendonça.

(Colaborou Letycia Cardoso)

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2020

Seção: Economia

Autor: LETYCIA CARDOSO

Título: Nas refinarias, gás de botijão já subiu 16,6% este ano

Com mais gente cozinhando em casa, a demanda aumentou na pandemia.

Associação do setor diz que empresas fazem promoções

Assim como o gás para a indústria, o GLP, o gás de botijão, também tem sofrido reajustes. Segundo o Sindigás, associação do setor, o preço subiu em média 16,6% na refinaria este ano. Neste caso, a Petrobras segue a paridade internacional e faz os ajustes de acordo com a flutuação de variáveis como a cotação do dólar e o barril de petróleo. No caso do gás canalizado, a correção é feita de forma trimestral.

De acordo com a associação, em razão do impacto da pandemia, as empresas seguraram margens e diluíram o repasse ao consumidor. Segundo o Sindigás, a saída tem sido fazer promoções variadas, desde prêmios, sistema de milhagem, brindes e opções de embalagens menores que 13 quilos. Nos cálculos do Sindigás, o impacto para o consumidor final foi de 0,4% entre janeiro e agosto. A associação lembra ainda que o consumo de botijão de gás até 13 quilos cresceu 7,79% durante a pandemia, no período de março a setembro.

— Se o preço do petróleo sobe, há repasse. Esse gatilho de quando ocorre o aumento é a Petrobras que decide — afirmou Sérgio Bandeira de Mello, presidente do Sindigás.

Para o consumidor final, porém, o preço do botijão pesa no bolso, e os relatos são de reajustes frequentes. A cozinheira Luciene Almeira, de 56 anos, dona de uma pensão no Centro de Mesquita, vende quentinhas a R\$ 10.

Além do gás, ela destaca os reajustes nos preços de óleo de soja e arroz.

— Faço marmitas há 20 anos, mas 2020 foi especificamente difícil para o comércio. Se eu subir o preço para R\$ 12, ninguém compra — disse Luciene: — No início do ano, eu comprava o botijão a R\$ 55 e, agora, estou comprando a R\$ 65. Por isso mesmo, no lugar de cozinhar com dois fogões, passei a cozinhar com um só. Meu faturamento caiu.

Renata Almeida de Souza, de 46 anos, sócia-proprietária da Pensão da Renata, no Centro de Nilópolis, teve que diminuir sua margem de lucros para não

reduzir o salário dos seis funcionários, nem aumentar de forma abrupta os preços.

— No início do ano, comprava o botijão a R\$ 50. Hoje, o preço está R\$ 72. Como compramos três botijões por semana, conseguimos desconto e pagamos R\$ 65 cada um. Para amenizar um pouco a alta dos custos de produção, aumentei R\$ 1 no valor de cada prato — conta a empreendedora.

De acordo com Gian Guedes, de 25 anos, gerente do aplicativo de venda de botijões Preço do Gás — criado no Rio em 2016 —, desde o início do ano, foram 11 aumentos: o botijão que saía por R\$ 60 já é vendido a R\$ 75.

Segundo Guedes, a procura aumentou na pandemia: — Para uma família de quatro pessoas, o botijão durava 30 dias e, agora, com todos em casa, dura cerca de 20 dias. As pessoas cozinham mais.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2020

Seção: Economia

Autor: JULIA LINDNER E PAULA FERREIRA

Título: Amapá fica 2 dias às escuras após incêndio em subestação

Blecaute deixa 13 das 16 cidades do estado sem luz. Restabelecimento de 100% da rede elétrica vai levar 15 dias

Brasília - O Amapá completou ontem mais de 48 horas às escuras. Um blecaute atingiu ao menos 13 dos 16 municípios do estado, incluindo a capital, na noite de terça-feira, e desencadeou um gabinete de crise liderado pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. Apesar da mobilização do governo, a energia ainda não havia voltado na maior parte do estado na noite de ontem. Segundo o ministro, só nesta sexta-feira será restabelecido o equivalente a 70% do abastecimento. O fornecimento de eletricidade só voltará a 100% em 15 dias.

O apagão foi provocado por um incêndio que atingiu transformadores da subestação de energia de Macapá. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o fogo levou ao desligamento automático das linhas de transmissão Laranjal-Macapá e das usinas hidrelétricas Coaracy Nunes e Ferreira Gomes, que abastecem a região. Houve perda total de pelo menos um dos transformadores.

Sem energia desde terça, houve transtornos no funcionamento de hospitais, comércio, estações de tratamento de água e equipamentos de

telecomunicações das cidades. Muita gente lotou os supermercados de Macapá, que funcionavam com geradores, na tentativa de comprar água para estocar e usar tomadas para recarregar celulares. O aeroporto da capital também se tornou destino de moradores em busca de energia.

ÚNICA SUBESTAÇÃO

Praticamente todo o estado ficou sem luz porque a subestação atingida pelo incêndio é a única do Amapá. Apenas duas cidades não tiveram o abastecimento prejudicado porque são atendidas por sistemas próprios e isolados da rede geral do estado.

Em entrevista na noite de ontem, Albuquerque afirmou que o religamento parcial da rede hoje será possível com o conserto de um dos transformadores danificados. Ele explicou que o restabelecimento total do sistema de energia do estado depende da chegada de um novo transformador, que deve levar 15 dias. A segurança do sistema elétrico, porém, só estará estabelecida em 30 dias, quando o terceiro transformador foi instalado.

Nas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro disse que havia outro transformador, mas ele estava em manutenção desde dezembro:

— Pode ser que justifique, mas, a princípio, dez meses de manutenção é um tanto quanto complicado. O outro não estava bem, funcionando de forma precária, e o terceiro, que estava bem, acabou explodindo.

Albuquerque viajou ao estado ainda na quarta. Após se reunir com o governador do Amapá, Waldez Góes (PDT), disse ontem que o governo federal providencia a chegada de geradores no estado para atender aos locais que forem definidos como prioritários pela administração estadual.

Em nota, o governo do Amapá afirmou que está priorizando o suprimento de energia por meio de geradores para hospitais e estações de tratamento de água. E intensificou o policiamento ostensivo durante a noite. Participam do gabinete de crise também a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Eletrobras e a LMTE, companhia titular da linha de transmissão.

'CAOS' NOS MUNICÍPIOS

Assessores do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) no Amapá descreveram a situação em Macapá como caótica. O parlamentar está em Macapá para apoiar a campanha do ex-senador João Capiberibe (PSB) para a prefeitura da capital e falou sobre os problemas em um vídeo divulgado por sua equipe:

— Gêneros de primeira necessidade começam a faltar, como água e combustível, levando caos aos municípios. A situação é tão grave que os principais hospitais do estado, como o Hospital das Clínicas e o de Emergências operam desde a madrugada de quarta-feira à base de geradores.

Randolfe apresentou uma representação ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Amapá para que sejam apuradas as causas da interrupção do fornecimento de energia e as condutas de agentes públicos diante da situação. O ministro Bento Albuquerque afirmou que as circunstâncias do incêndio serão apuradas e, caso necessário, os responsáveis serão punidos.

Também amapaense, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), acompanhava de Brasília a situação. Ele voltou à capital federal para comandar sessões após uma temporada em Macapá para ajudar a campanha de seu irmão, Josiel, na disputa pela prefeitura. Na quarta-feira, o presidente do Senado deixou a sessão na metade para se reunir com o ministro de Minas e Energia para tratar da crise no Amapá.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Fux acerta ao adiar julgamento sobre royalties

Com adiamento da ação, presidente do STF abre espaço para acerto entre estados em torno do petróleo

Adiar o julgamento da ação que questiona a constitucionalidade da redistribuição dos royalties do petróleo foi o melhor que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, poderia fazer. O tema é de grande importância para o próprio pacto federativo brasileiro e precisa ser tratado com o devido cuidado.

Fux tomou a decisão na quarta-feira à noite, atendendo a pedido do governador Cláudio Castro, do Rio de Janeiro, o maior produtor nacional de petróleo e, portanto, maior prejudicado se proclamada constitucional a lei que redistribui os royalties por todos os estados, aprovada pelo Congresso no final de 2012, num confronto desigual entre as bancadas dos poucos estados produtores —em que se destacam Rio, São Paulo e Espírito Santo —e as dos muitos não produtores.

Com razão, o Rio impetrou em 2013 na Corte uma Ação de Declaração de Inconstitucionalidade (ADI), aceita pela ministra Cármem Lúcia. A liminar em favor do estado está em vigor até hoje.

A Constituição é clara ao estabelecer os royalties como indenização a estados e municípios pelos riscos em que incorrem ao explorar recursos naturais. Não faria sentido indenizar também aqueles entes federativos que não arcam com nenhum ônus da exploração. Os royalties se justificam também como compensação pelo desequilíbrio federativo inerente à produção de petróleo, cujos derivados são taxados pelo ICMS não no estado onde ocorrem a exploração e eventuais danos ambientais, mas onde são consumidos.

O petróleo ainda atrai gente para trabalhar não apenas na extração propriamente dita, mas numa infinidade de serviços nas cidades próximas às regiões produtoras. O Norte Fluminense é um exemplo de mazelas que justificam os royalties: cidades cresceram rapidamente e começaram a surgir os problemas clássicos de saúde, educação, segurança, em meio à favelização.

Como a receita do petróleo é finita, um dia governadores e prefeitos precisarão de outros segmentos de negócios para repor a renda perdida e os empregos extintos. A produção de petróleo no pré-sal da Bacia de Santos é uma chance que os fluminenses têm de reciclar a economia e equacionar seus problemas fiscais.

Além de inconstitucional, o acesso de estados não produtores aos royalties levaria o Rio à insolvência imediata. A redivisão estabelecida na lei questionada no Supremo representaria uma perda de receita de R\$ 57 bilhões até 2025, em pleno Regime de Recuperação Fiscal. A crise que seria deflagrada repercutiria em toda a Federação.

Por tudo isso, Fux acertou ao adiar o julgamento. A decisão também dá tempo a que se retome a negociação entre governadores em torno de proposta do Espírito Santo, para um acordo que atenda demandas de estados não produtores, sem inviabilizar aqueles que, como o Rio, arcaram com o ônus da exploração.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2020

Seção: Rio

Autor:

Título: Castro agradece a Fux por adiar decisão sobre royalties

Ministro do STF suspende julgamento que pode alterar distribuição de verba do petróleo a estados e municípios; Rio estima perda de R\$ 57 bilhões

Uma decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, trouxe um pouco de alívio para o caixa do estado. O ministro determinou na noite de quarta-feira o adiamento do julgamento da ação sobre a constitucionalidade da

proposta que altera a distribuição dos royalties do petróleo entre estados e municípios, marcada para 3 de dezembro. O governador em exercício Cláudio Castro agradeceu ao ministro. Segundo ele, essa decisão “garantirá que não haverá colapso financeiro e insegurança jurídica”. A nova data não foi marcada.

‘CAMINHO DO DIÁLOGO’

Cláudio Castro afirmou que, caso a ação fosse aprovada no próximo mês, “a nova regra representaria R\$ 57 bilhões em perdas de arrecadação”. O governador em exercício lembrou ainda a visita que fez ao presidente do Supremo, em que ofereceu “o caminho do diálogo, da conversa transparente com os estados produtores, não produtores de petróleo e com os poderes Executivo e Legislativo federais”. Em nota, ele afirmou que “o Estado do Rio busca o acordo por meio do Centro de Mediação e Conciliação do STF”. Concluiu argumentando que o governo do Rio está disposto “a encontrar uma solução definitiva e consensual entre todas as partes interessadas”.

O julgamento no STF pode derrubar uma liminar de março de 2013 que impediu que os municípios e os estados produtores perdessem parte das suas receitas em favor dos entes não produtores, como determinava uma lei aprovada no Congresso.

Em um encontro na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), no mês passado, o secretário estadual de Fazenda, Guilherme Mercês, apresentou projeções para o período de 2020 a 2025, caso a lei da redistribuição seja validada pelo STF. Segundo a Fazenda, se for aplicada na íntegra, com pagamento retroativo de 2013 a 2019, o Rio perderá R\$ 57 bilhões em receitas. Se a mudança valer apenas a partir da derrubada da liminar, o impacto será de R\$ 34 bilhões.

— Estamos falando de um colapso no pagamento de servidores públicos no Estado do Rio — alertou Mercês, na ocasião.

Segundo projeções da Fazenda, a redistribuição dos royalties inviabilizaria a administração em diversos municípios. A cidade de Paraty seria a mais prejudicada, com queda de 52% de sua receita. Em seguida, estão Saquarema, com 49% de perda, Maricá e Macaé, com 32%, e Campos dos Goytacazes, com 25%.

A luta contra a mudança dos royalties é apenas uma das batalhas para manter as finanças do estado em dia. O Rio tenta ainda em Brasília o apoio do presidente Jair Bolsonaro para aprovar o projeto de lei que permite que estados possam ficar até dez anos no chamado Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que garantiria a suspensão do pagamento das dívidas com a União.

RIO PODE IR À JUSTIÇA

Cláudio Castro já disse ao presidente poderá recorrer à Justiça caso o Rio tenha que voltar a pagar as dívidas que tem com o governo federal. Há três anos, o estado assinou um acordo para entrar no RRF. O ajuste venceu em setembro, e o estado não conseguiu que ele fosse renovado por mais três anos. Na última hora, o ministro da Economia, Paulo Guedes, autorizou um prazo de seis meses para analisar se o estado permanecerá ou não no regime.

Mas, na avaliação do governo fluminense, o projeto de lei que garante dez anos de suspensão da dívida é melhor que a prorrogação do ajuste. Na segunda opção, o Rio já teria que voltar a pagar o que deve à União no próximo ano. Uma situação difícil já que o orçamento para 2021 prevê um rombo de R\$ 20 bilhões, com cortes em 15 das 18 áreas relacionadas à prestação de serviços à população. A redução em relação a este ano atinge até a Segurança Pública, maior gasto do estado, que tem previsão de aplicar R\$ 11,8 bilhões, contra R\$ 12,8 bilhões aprovados para 2020.

VEÍCULO: **O Globo**

Data: **06/11/2020**

Seção: **Economia**

Autor: **GERALDA DOCA**

Título: **Guedes quer acelerar votações a partir do dia 16**

Ministro da Economia se reúne com líderes do governo para traçar estratégia de aprovação de projetos como PEC do Pacto Federativo, marco regulatório do gás, autonomia do BC e lei de falências logo após as eleições

Brasília - Na tentativa de dar uma sinalização positiva ao mercado e atrair investimentos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer fazer as medidas da agenda econômica avançarem no Congresso a partir de 16 de novembro, um dia após o primeiro turno das eleições municipais.

Guedes se reuniu, ontem, com os líderes do governo para traçar um esforço concentrado e destravar as votações. A estratégia é acelerar projetos de corte de gastos, como as Propostas de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial e do Pacto Federativo.

Também estão na lista de projetos prioritários a autonomia do Banco Central (BC), já aprovada no Senado, o marco regulatório do gás e a lei de falências e a de cabotagem. Já as reformas administrativa e tributária ficarão mesmo para 2021.

O senador Eduardo Gomes (MDB-TO), líder do governo no Congresso, resume a ação como “volta para o futuro”.

— Pode escrever, será a agenda de volta para o futuro. Uma resposta do Executivo e do Congresso para estimular a retomada da economia. Faremos esse esforço a partir de 16 de novembro —disse Gomes.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), destacou o esforço para reativar a economia.

— A reunião foi para falar das pautas positivas importantes para a retomada do crescimento, como a lei de falência, gás, saneamento, autonomia do BC. É nessa linha que queremos avançar.

Segundo os líderes, o Renda Brasil, novo programa social do governo, não foi discutido na reunião, que contou também com Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo no Senado. O Renda Brasil ainda voltará a mobilizar o Congresso, ante a falta de espaço no Orçamento da União.

A aprovação da autonomia do BC no Senado foi o primeiro avanço da agenda econômica de Guedes em mais de um mês. Mas o atraso maior está na Câmara, onde a disputa política entre o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e parlamentares do chamado centrão vem obstruindo as votações desde o começo de outubro.

CAPAS DE JORNALISMO

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM
1875 JULIO MESQUITA

Sexta-feira 6 DE NOVEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46406

estadão.com.br



Lados opostos. Eleitores de Trump e Biden discutem na rua em Detroit, Michigan: sem definição de resultado, temperatura das manifestações sobre

Tensão cresce e Biden pede calma: 'Democracia é confusa'

Trump pede que a contagem de votos seja suspensa em Estados que podem levar o rival à Casa Branca

Com tensão crescente nas ruas, os EUA esperaram ontem com ansiedade pelo fim da apuração dos votos em seis Estados que vai determinar se o próximo presidente será o democrata Joe Biden ou o republicano Donald Trump. Americanos se manifestaram contra e a favor do movimento de Trump para que fosse interrompida a contagem de votos. Com a escalada do nervosismo, Biden

pediu paciência aos eleitores. "A democracia às vezes é confusa, então às vezes requer um pouco de paciência", disse. Trump ampliou a ofensiva nos Estados cruciais para a decisão. Biden rebaixou a afirmação que todo voto será contabilizado. "Nós EUA, o voto é sagrado. É como éas pessoas desta nação expressam a vontade delas. É a vontade dos eleitores, ninguém e nada fará is-

so, que escolhe o presidente dos Estados Unidos." A tendência é de vitória do democrata na Geórgia e na Pensilvânia, o que aproximaria Biden dos 270 votos necessários para ganhar o Colégio Eleitoral. Sem apresentar provas, Trump disse que houve fraude e pediu suspensão da apuração nos Estados que podem levar o rival à Casa Branca. INTERNACIONAL / PÁG. D1 a D6

Trump volta a falar em fraude e TVs o ignoram

● Redes ABC, CBS e NBC suspenderam transmissão de discurso após Donald Trump fazer acusações de fraudes eleitorais sem apresentar provas. PÁG. D2

America's Quarterly MUDANÇA PARA A AMÉRICA LATINA

Biden promete alterar programa de imigração e defender a Floresta Amazônica. PÁG. D5

Biden pode ser vantajoso para o Brasil, dizem bancos
PÁG. D6

Bolsonaro volta a falar em voto impresso
PÁG. D5

The Economist AS LIÇÕES DA ELEIÇÃO NOS EUA

Páis está dividido, mas aposta de Trump em separar americanos nem sempre dá certo. PÁG. D3



FOTOS: GABRIELA BELLO / ESTADÃO

Máscara, acessório dispensável na presença de Jair Bolsonaro

O ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, chega de máscara e a retira na presença de Jair Bolsonaro durante evento em Brasília; o presidente e boa parte de sua equipe relaxaram nos cuidados de prevenção da covid-19. Bolsonaro abandonou de vez a máscara em eventos públicos, mesmo quando há aglomeração. A postura é seguida por ministros e assessores. POLÍTICA / PÁG. A8

Magazine Luiza

6ª MAIS VALIOSA NA BOVESPA

Com valor de mercado de R\$ 178,4 bilhões, revista ultrapassou Bradesco, Santander e Banco do Brasil. ECONOMIA / PÁG. B13

Cresce pressão por prorrogação do auxílio emergencial

A segunda onda da covid-19 em diversos países fez subir a pressão em uma ala do governo e no Congresso pela prorrogação das medidas de combate aos efeitos da pandemia, em especial o auxílio emergencial. ECONOMIA / PÁG. B3

A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

	161.779
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H. ATÉ AS 20H DE ONTEM	679
MÉDIA MOVEL DE MORTES (7 DIAS)	392
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	5.614.258
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H. ATÉ AS 20H DE ONTEM	23.317
TOTAL DE RECUPERADOS*	5.064.344
NUMERO DE HOSPITALIZADOS DA SAÚDE	9.711.204

Russomanno e Boulos travam embate por 2º turno
POLÍTICA / PÁG. A4

Tempo em SP 13° Min. 24° Máx.



DIRETO DA FONTE 'ELE ME TRATOU COMO CULPADA'

Assim como Mariana Ferreira, empresária Sandra Bronzina disse ter sido atacada pelo advogado Claudio Gastão da Rosa Filho. NA QUARENTENA / PÁG. H2

Sua Carreira

Gasto na educação eleva padrão de vida

Estudo aponta que 1% a mais no PIB eleva padrão em 26% em 50 anos. Menos instruídos são os que mais perdem renda na pandemia. ECONOMIA / PÁG. B10

NA QUARENTENA



DESIGN BRILHA NA DW! E NA CASACOR

Eventos ganham novo formato na pandemia e vão a bairros periféricos. PÁG. H2

Celso Ming

Na penúria geral, governos, por toda parte, vêm perseguindo a taxação das big techs. ECONOMIA / PÁG. B2

Ignácio de Loyola Brandão
Raoul Roulien foi o Rodolfo Valentino brasileiro em Hollywood. Morreu esquecido. NA QUARENTENA / PÁG. H10

NOTAS & INFORMAÇÕES

O resgate da democracia

Joe Biden lembrou em seu pronunciamento que a disputa eleitoral é o momento em que o povo é soberano para escolher seu governante. PÁG. A3

A necessária autonomia do BCB
País ganha quando missão é cumprida sem interferências. PÁG. A3

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921



UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 • Nº 33.455

SEXTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2020

R\$ 5,00



Covas vai a 28% e se isola em 1º; Russomanno cai 4 pontos

Com 16%, candidato de Bolsonaro está empatado com Boulos (14%) e França (13%), diz Datafolha

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), se isolou na dianteira da corrida eleitoral na cidade, enquanto o deputado federal Celso Russomanno (Republicanos) vê seus perseguidores no segundo posto mais próximos.

Covas subiu de 23% para 28%. Russomanno perdeu quatro pontos, de 20% para 16%, e empata com Guilherme Boulos (PSOL), que deteve os 14% da rodada anterior, e com Márcio França (PSB), que oscilou de 10% para 13%.

Os dados são da última pesquisa Datafolha, realizada em 3 e 4 de novembro, com 1.260 eleitores. A margem de erro é de três pontos. Russomanno, que iniciou a campanha com 29%, repetiu o derretimento de 2012 e 2016.

A rejeição ao candidato do presidente Jair Bolsonaro subiu. Começou com 21% em setembro, foi a 29% e 38% em outubro e agora é de 47%. Enquanto isso, a de Covas caiu de 31% para 25%. Recusam Covas 22% e França, 14%.

Jilmar Tatto, do PT, passou de 4% para 6% e encabeça o pelotão da lanterna.

Em segundo turno, Covas bate os rivais. Supera Russomanno por 57% a 27%, Boulos por 54% a 32% e França por 48% a 39%. Poder A4 a A6

Análise A. Janoni
Prefeito está melhor do que Doria em 2016 A6

Paes marca 31% no Rio; Crivella e Martha Rocha disputam 2º posto A8

Mariá Arraes reduz diferença para João Campos no Recife A8

Kalil amplia vantagem em BH e se aproxima de vitória no 1º turno A8



Sem provas e perto da derrota, Trump ataca democracia em discurso

O presidente Donald Trump provocou fortes reações ontem ao defender em discurso na Casa Branca que as eleições nos EUA estão sendo fraudadas. "Se contarmos os votos legais, eu ganho fácil. Se contam os ilegais, podem tentar roubar a eleição de nós", afirmou, sem apresentar provas.

Trump elencou uma série de indicadores que, segundo ele, comprovam fraudes e disse que "a grande mídia e o dinheiro grande" se aliam aos democratas.

Após mais um dia em que sua liderança deslizou fortemente nos estados de Geórgia e Pensilvânia, Trump anunciou mais ações na justiça. Ontem, já teve dois pedidos relacionados aos estados de Wisconsin e Michigan negados.

As três maiores emissoras do país, ABC, CBS e NBC, chegaram a suspender a transmissão do discurso.

Joe Biden, horas antes, disse que "democracia às vezes é confusa, às vezes precisa de paciência". Mundo p. 1

“É a maneira que você tem de auditar e contar os votos de verdade aqui. Jair Bolsonaro ao defender voto impresso em 2022 A10

Renato Terra
Republicano tenta parar calendário

Ilustrada B12

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.

AUDIÉNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

EDITORIAIS A2

Baixa bolsonarista
Sobre pesquisas do Datafolha em São Paulo e Rio.

STF congestionado
A respeito de excesso de litígios no Supremo.



Cobertura das eleições nos EUA

Para conferir a cobertura completa e mais atualizada possível das eleições americanas, aponte a câmera do seu celular para o QR Code e baixe o app do GLOBO.



O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) —...— (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2020 ANO XCVI - Nº 31.868 • PREÇO DESTE EXEMPLAR NORJ: R\$ 5,00 21ª EDIÇÃO



★ ★ ★ ELEIÇÕES NOS EUA



Tensão crescente. Na cidade de Detroit, apoiadores do presidente Donald Trump ficam frente a frente com eleitores democratas, que foram às ruas para pressionar pelo prosseguimento da apuração até à contagem do último voto

Sem prova, Trump tenta desacreditar apuração; Biden pede calma ao país

Próximo da derrota, presidente amplia ataques, e é contestado por grupo de ex-procuradores

A lentidão da apuração dos votos nos estados que vão definir quem será o próximo presidente dos EUA elevou a tensão e intensificou protestos nas ruas em várias cidades do país tanto de republicanos quanto de democratas. Ante o crescimento de Joe Biden que deixou o presidente próximo da derrota, Donald Trump fez à noite um pronunciamento em que citou "votos ilegais", numa tentativa de tumultuar o processo. Sem evidências, ele afirmou que as eleições estavam sendo roubadas. As redes de TV ABC, CBS e NBC cortaram a transmissão, alegando que o discurso continha mentiras. Um grupo de 19 ex-procuradores declarou que as alegações de Trump são "prematuras, sem fundamento e imprudentes". Biden pediu calma à população. Três ações dos republicanos relativas à apuração foram rejeitadas pela Justiça. [MAIS](#)



Ataque. Em discurso interrompido por canais de TV sob alegação de conter mentiras, Trump voltou a falar em fraude

MERVAL PEREIRA
EUA vivem situações que o Brasil já viveu no passado [PÁGINA 2](#)

BERNARDO MELLO FRANCO
Num país polarizado, presidente age como incendiário [PÁGINA 5](#)

MIRIAM LEITÃO
Decidido a ser perigoso até o fim, Trump escala guerra jurídica [PÁGINA 23](#)

PEDRO DORIA
Redes sociais reagiram à tentativa de golpe de Trump [PÁGINA 26](#)

Disputa de Rio e São Paulo embola no segundo lugar

Segundo o Datafolha, a corrida paulista, liderada por Bruno Covas (PSDB), tem Russomanno (Republicanos), Boulos (PSOL) e Mário França (PSB) em empate técnico. No Rio, Eduardo Paes (DEM) lidera, e Crivella (Republicanos) disputa com Martha Rocha (PDT). [PÁGINA 4](#)

Em sintonia fina com a 'velha política'



OBITUÁRIO/LAN, CHARGISTA
O adeus ao mestre dos traços e das curvas

O italiano com alma carioca, que fez do amor ao samba, às mulheres, ao futebol e ao Rio sua marca registrada, morreu aos 95 anos, em Petrópolis. [SEGUNDO CADerno](#)

SISTEMAS FORA DO AR
Após ataque de hackers a STJ e governo, TSE reforça segurança [PÁGINA 7](#)

IMPEACHMENT SEGUE
Tribunal misto decide despejar Witzel de palácio e reduzir salário [PÁGINA 11](#)

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960; ASSIS CHATEaubriand

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEXTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.905 • 28 PÁGINAS • R\$ 2,50



A dupla face de um país que rachou ao meio

Na mais emocionante, tensa e dramática eleição da história dos Estados Unidos, Joe Biden deu mais um passo decisivo para assumir o comando da Casa Branca. Ele encerrou a noite praticamente empatado com Donald Trump na Geórgia, em mais uma surpreendente reação: até a contagem chegar a 99% dos votos, o republicano liderava a apuração no estado. Em contrapartida, no Arizona, onde Biden mantinha a dianteira desde o início, havia a expectativa de uma virada republicana. Em pronunciamento, na noite de ontem, Trump elevou o tom e voltou a lançar suspeitas sobre os votos que chegaram, depois, pelos correios. Afirmou que se forem considerados apenas os "votos legais", ele vencerá. E acusou os democratas de tentarem fraudar o pleito. "Vai ter muita briga na Justiça", disse. "Não vamos deixar que roubem essa eleição." Em discurso, mais cedo, Biden defendeu a contagem de todos os votos, pediu calma à população e se declarou confiante na vitória.



- **Europeus evitam comentar impasse nos EUA**
- **Candidatos fazem vaquinha para "2º turno"**
- **Bolsas têm mais um dia de alta; dólar recua**

PÁGINAS 7 E 12 A 14

Promotora do DF

é condenada por
fraude em ação

EXO CAPITAL, 18

Copa retoma voo
internacional no
Aeroporto JK

CAPITAL S/A, PÁGINA 20

Racismo

Os sem liberdade

Sistema carcerário do DF tem 83% de pretos e pardos. Número é maior do que a proporção de negros na população.
PÁGINA 17

Programe o seu**fim de semana**

com muita arte

PÁGINA 24



Felipe Sampaio / SC/STF

**STF completa
sua Corte**

Em posse repleta de elogios, Nunes Marques assume a cadeira de Celso de Mello. O presidente do Supremo, Luiz Fux, elogiou o saber jurídico e a independência do magistrado. PÁGINA 4

Homenagem**Luta contra a covid**

Iges-DF entrega certificados a 197 profissionais de saúde do Hiran que lutaram na linha de frente contra a doença. PÁGINA 20

Governos**e Justiça
sob ataque**

Hackers invadem sistemas do STJ e de órgãos do governo federal e do Distrito Federal. PÁGINA 2



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

DIÁRIOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .